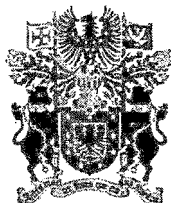


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

# RELATÓRIO

---

AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

“PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

SOBRE OS INVESTIMENTOS REALIZADOS E A REALIZAR NO PORTO DA HORTA”

PONTA DELGADA  
08 DE JUNHO DE 2017

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ARQUIVO

Entrada **1936** Proc. n.º **36.09**

Data: **07/06/08** N.º **1/X1**



## TRABALHOS DA COMISSÃO

---

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 29 de março de 2017, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, em São Miguel, a fim de analisar o requerimento para ouvir o Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP) sobre os investimentos realizados e a realizar no Porto da Horta.

### 1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

---

O referido requerimento foi apresentado nos termos do artigo 87.º e para os efeitos previstos na alínea f) do n.º 1 do artigo 105.º, ambos do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

### 2.º. CAPÍTULO – AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS (SRTOP), VÍTOR MANUEL ÂNGELO DE FRAGA

---

A Comissão Permanente de Economia deliberou proceder à audição do Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas para prestar esclarecimentos sobre os investimentos realizados e a realizar no Porto da Horta.

**A Comissão Permanente de Economia, no dia 29 de março de 2017, procedeu à audição do Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP), Vítor Manuel Ângelo de Fraga, na delegação da ALRAA em Ponta Delgada – São Miguel.**

O deputado Carlos Ferreira fez a exposição do pedido de esclarecimentos efetuado pelo grupo parlamentar do PSD, descrevendo a sua perspetiva do histórico do processo designado por *primeira fase do reordenamento do porto* e que conduziu ao



atual molhe norte do Porto da Horta. Disse que o projeto foi apresentado publicamente em 2007, pelo então Secretário da Economia, com um cais de 400 metros e uma profundidade de 12 metros, mas que não foi isso que aconteceu e que, do projeto anunciado se assistiu posteriormente a uma diminuição do cais de 400 para 280 metros, acompanhado por uma diminuição da profundidade, inviabilizando a atracagem de navios de passageiros de maior porte, precisamente aquele que deveria constituir o aspeto fundamental do projeto, pelas repercussões expectáveis ao nível do turismo e da economia da ilha.

Acrescentou que a alteração do ângulo de orientação do cais do molhe norte provocou “danos” significativos no estado do mar na bacia sul do porto, que têm obrigado, em diversas ocasiões, muitas embarcações a procurar abrigo fora do porto e inclusivamente na costa da Feteira, acrescentando que “temos uma boa gare marítima e um mau cais”. Continuou dizendo que na sequência das críticas que se fizeram sentir, foi feita uma nova promessa, assente na dotação de condições para acolher navios de turistas de grande dimensão na segunda fase do reordenamento do porto, mas que em setembro de 2016 quando foi lançado o procedimento para a 2ª fase, percebeu-se para além de ser novamente repartido por fases, não correspondia ao que foi publicamente anunciado e prometido aos faialenses e não contemplava as necessidades há muito identificadas, como a reconfiguração e ampliação das instalações do clube naval, a ampliação da marina, a criação de infraestruturas para reparação e manutenção naval que permitam transformar o porto da Horta numa zona de invernagem do Atlântico, e a capacitação do porto para receber navios de passageiros de maior porte. Assim, considerou, o projeto apresentado não serve as necessidades do Faial, acrescentando que os faialenses e os operadores portuários não foram ouvidos e que, face a alguns acontecimentos, às alterações ao projeto e às reuniões com associações e outras entidades, consideraram importante ouvir o Secretário da tutela sobre o assunto.

O Secretário Regional sinalizou que o Porto da Horta tem sido alvo de avultados investimentos realizados pelo Governo Regional, nos últimos anos, cujo montante ascende a 70 milhões de euros. Indicou que o projeto de requalificação da 2.ª fase da



baía da Horta foi apresentado na globalidade, pela empresa WW, em 21/11/2013, com a presença das associações de pescadores, empresas marítimo turísticas, Lotaçor, pescadores e da Direção Regional das Pescas. Entretanto, entrou em vigor o novo quadro comunitário, tendo sido necessário dividir o projeto em várias componentes e áreas (envolvendo as secretarias das pescas, do turismo e dos transportes), de modo a potenciar ao máximo a utilização dos fundos comunitários. Acrescentou ainda que o concurso público internacional lançado pela Portos dos Açores, em setembro de 2016, para a requalificação do Porto Comercial da Horta, no valor de 14 milhões de euros, ficou deserto e que os investimentos foram divididos em várias fases, complementares, que visam garantir, em qualquer intervenção e em primeiro lugar, condições de segurança e operacionalidade. Neste momento está a ser feita uma revisão da estimativa orçamental e estão a ser avaliadas as sugestões feitas pelo Presidente da Câmara Municipal da Horta, entre outras.

O deputado Carlos Ferreira perguntou se o Governo Regional está a estudar soluções para corrigir eventuais danos causados pela execução do projeto do molhe norte da Horta; se, numa reavaliação do investimento, as valências relativas ao cais de cruzeiros, ampliação da marina e clube naval vão ser incluídas; porque motivo a Câmara Municipal da Horta não foi ouvida; e qual o prazo previsto para a reavaliação orçamental do projeto.

O Secretário Regional afirmou que não sabe de que danos falava o deputado Carlos Ferreira, até porque as estatísticas demonstram claramente o contrário, ou seja, um aumento da atividade de navios de cruzeiro ao longo dos anos:

- em 2013: com 14 escalas de navios de cruzeiros, dos quais 11 atracaram, 2 fundearam e 1 cancelado por condições climatéricas;
- em 2014: com 17 escalas de navios de cruzeiros, dos quais 12 atracaram, 3 fundearam e 2 cancelaram por condições climatéricas;
- em 2015: com 27 escalas de navios de cruzeiros, dos quais 16 atracaram, 7 fundearam 2 cancelaram por condições climatéricas e 2 cancelaram por avarias;
- em 2016: com 24 escalas de navios de cruzeiros, dos quais 21 atracaram, 2 fundearam e 1 cancelado por condições climatéricas.



Por sua vez, indicou ainda que só em 2016 foram registados mais de 30 mil passageiros transportados na linha azul e mais de 10 mil passageiros na linha verde, “o que demonstra os benefícios do investimento realizado”.

Além disso, o Secretário Regional explicou que o novo projeto apresentado, para a melhoria da segurança e operacionalidade do porto da Horta, foi apresentado às diversas entidades envolvidas e não engloba, como já se sabe, as instalações do clube naval e as outras valências referente às pescas e marítimo-turísticas. Acresce que as condições que existem no porto da Horta dão resposta à procura, e que há um alinhamento claro e comum entre a Câmara Municipal da Horta e o Governo Regional, através da Portos dos Açores. O calendário só estará disponível depois do projetista apresentar os dados finais da reavaliação da estimativa orçamental.

A deputada Isabel Correia perguntou se o Governo Regional estaria disponível para a apresentar, publicamente, os resultados da análise efetuada e as alterações e reavaliação do projeto, bem como se as propostas apresentadas pela autarquia estariam contempladas na revisão orçamental.

O Secretário Regional disse que ainda é prematuro responder, enquanto não tiver mais dados disponíveis, mas manifestou total disponibilidade para apresentar publicamente eventuais alterações ao projeto.

O deputado Paulo Mendes questionou se as novas obras implicariam uma redução da área molhada do porto, se iriam prejudicar a operacionalidade e segurança do porto, bem como se foram realizados ensaios em modelos reduzidos para a obra já executada e quais foram as diretrizes dadas ao projetista pela Portos dos Açores.

O Secretário realçou que as decisões tomadas pelos governantes visam beneficiar as populações e que as novas obras garantam condições de segurança e operacionalidade. Acrescentou ainda que foram realizados ensaios de modelos



reduzidos e que as diretrizes transmitidas ao projetista visam avaliar as sugestões feitas pelas várias entidades, incluindo a Câmara Municipal da Horta.

A deputada Catarina Cabeceiras perguntou se existia algum parecer técnico no âmbito das opções e intervenções realizadas e a realizar no Porto da Horta, tendo o Secretário Regional referido que existe um projeto com memória descritiva, que visa responder às necessidades da população, garantindo segurança e operacionalidade.

O deputado Carlos Ferreira perguntou se a Câmara Municipal da Horta foi ouvida antes do procedimento de setembro de 2016, se o Governo Regional entende que a fase da obra lançada corresponde às reais necessidades do Porto da Horta e se estará disponível para discutir e apresentar o projeto às várias entidades.

O deputado José Ávila questionou sobre as competências e experiência do projetista da obra e se o projeto estaria a ser feito às escondidas dos utilizadores e dos faialenses.

O Secretário reafirmou que o projeto responde às reais necessidades do Porto da Horta, de forma clara e na íntegra e que foram ouvidas várias entidades. Adiantou ainda que o financiamento dos passadiços para a marina não está contemplado no quadro comunitário, pelo que o Governo Regional está a estudar alternativas. Confirmou ainda que o currículo e experiência do projetista são do conhecimento público e que houve um aumento significativo da quantidade de mercadorias movimentadas no porto da Horta, no último ano (teve um crescimento de 11,3%, ou seja, mais 4.149 toneladas de mercadorias movimentadas), o que reforça a operacionalidade do porto e a resposta aos desafios colocados.

O deputado Carlos Ferreira voltou a perguntar se a Câmara Municipal da Horta foi ouvida e se será realizada uma intervenção no cotovelo da doca.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Secretário Regional indicou que a Câmara Municipal da Horta não foi ouvida, porque a obra não interfere com o seu raio de ação e que não estão previstas obras no cotovelo do porto, uma vez que este já reúne condições para atracarem cruzeiros. Além disso, já foram investidos mais de 70 milhões de euros no porto da Horta, em prol da população e as pessoas do Faial comprovam a utilidade do investimento realizado, ainda que o Governo Regional dos Açores esteja sempre disponível para ouvir e fazer os investimentos que se mostrem necessários.

Não havendo mais questões ou esclarecimentos, foi encerrada a reunião.

Ponta Delgada, 08 de junho de 2017.

O Relator

Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

Miguel Costa